

E2 ARENAS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Demonstrações contábeis individuais(controladora) e consolidadas

31 de dezembro de 2023

E2 ARENAS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
Demonstrações Contábeis Individuais (Controladora) e Consolidadas
31 de dezembro de 2023

Sumário

- ✓ **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas**
- ✓ **Balanços Patrimoniais**
- ✓ **Demonstrações do Resultado**
- ✓ **Demonstrações do Resultado abrangente**
- ✓ **Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido**
- ✓ **Demonstrações dos Fluxos de Caixa**
- ✓ **Notas Explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Administradores e Acionistas da
E2 ARENAS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
Salvador - BA

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Fomos contratados para examinar as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Construtora **E2 ARENAS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL** (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do passivo a descoberto e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo “Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas”, as demonstrações acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da **E2 ARENAS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL** em 31 de dezembro de 2023, desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Ausência de provisão para perda nas contas a receber com partes relacionadas

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 10 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2023, o balanço patrimonial apresenta na rubrica “Partes relacionadas” no ativo não circulante o valor de R\$ 68.113, individual e consolidado, referentes a contas a receber com as suas controladoras, direta e indireta, que se encontram pendentes de realização e/ou compensação há longa data. A diretoria não tem expectativa de perda na realização e/ou compensação desses créditos e, com base em seu melhor entendimento, não constituiu provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa. Entretanto, no momento, não existem evidências suficientes que confirmem a realização desses saldos. Se a Companhia tivesse efetuado análise de realização dessas transações com partes relacionadas, certos elementos das demonstrações contábeis individuais e consolidadas poderiam ser afetados de forma relevante. Os efeitos desse assunto não foram determinados.

Recuperação Judicial da Companhia de determinadas empresas do Grupo Metha

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.1, a Companhia, sua controladora direta Certha Investimentos S.A., a controladora indireta Metha S.A., e outras empresas do Grupo Metha em vista da situação financeira desfavorável que se encontravam, aliada a uma série de outros fatores, dentre os quais destacamos: (i) piora do cenário macroeconômico, sobretudo no setor de infraestrutura e que frustrou o plano de negócios das sociedades, (ii) aumento nos custos dos insumos e das matérias-primas no setor de construção, agravando o desequilíbrio no planejamento econômico-financeiro traçado anteriormente; ajuizaram, perante o Juízo da 2ª Vara Empresarial da Comarca de Salvador, Estado da Bahia, pedido de recuperação judicial.

Em 31 de outubro de 2023, foi proferida decisão deferindo o processamento do pedido de recuperação judicial. As Companhias em recuperação avaliaram que, diante dos desafios decorrentes do agravamento da sua situação econômico-financeira, a Recuperação Judicial era a medida mais adequada para proteger o valor dos seus ativos, bem como para atender de forma organizada e racional, aos interesses da coletividade de seus credores, na medida dos recursos disponíveis e, principalmente, manter a continuidade de suas atividades. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidades com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Acordo global - Órgãos públicos (processos de investigações em andamento)

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.2 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas e como é de conhecimento público, encontram-se em andamento, desde 2014, investigações e outros procedimentos legais conduzidos pelo Ministério Público Federal e outras autoridades públicas, no contexto da denominada “Operação Lava Jato”, que envolvem executivos, empresas do Grupo METHA (atual denominação do Grupo OAS) que controlam a Companhia e suas investidas, e do Grupo Novonor (atual denominação do Grupo Odebrecht), controlador em conjunto da investida Fonte Nova Negócios e Participações S.A. (“Fonte Nova”). Os referidos Grupos assinaram acordo de leniência com o poder público se comprometendo a pagar os montantes de R\$1.929.257 e R\$226.343, e R\$3.828.000, Grupo METHA e Grupo Novonor, respectivamente, como penalidades decorrentes do resultado de parte destas investigações. A diretoria, neste momento, entende que possíveis efeitos desses acordos de leniência firmados pelos citados Grupos Econômicos, não deverão afetar significativamente a Companhia e suas controladas. Em virtude dessas investigações ainda estarem em curso e por existirem incertezas quanto ao possível envolvimento da Companhia e suas controladas nos atos ilícitos que abrangem suas controladoras, não foram consideradas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, quaisquer impactos do desfecho desse processo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Investida – Contrato de Parceria Público Privada (“PPP”) com o Estado do Rio Grande do Norte

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 4 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, em 11 de julho de 2016, o Estado do Rio Grande do Norte ajuizou ação visando a suspensão dos pagamentos da contraprestação financeira da investida Arena das Dunas Concessão e Eventos S.A. (“Arena das Dunas”). Nesse contexto, o Juízo da 5ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Natal determinou que o Estado do Rio Grande do Norte depositasse em juízo os pagamentos que seriam realizados para a investida Arena das Dunas.

Em 16 de agosto de 2016, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte (“TJ-RN”), reformou a decisão anterior e determinou o pagamento do equivalente a 75% da contraprestação contratada, enquanto permanecerem as discussões no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte (“TCE-RN”), por entender que o percentual anterior era incontroverso, fundamentando-se no relatório apontado pelo TCE-RN. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, incluem o reconhecimento de provisão para recuperabilidade do ativo objeto da concessão. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Investimento controlado em conjunto – Contrato de Parceria Público Privada com o Estado da Bahia

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 11 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que menciona o envolvimento da Fonte Nova, investimento controlado em conjunto, como polo passivo no processo movido pelo Plenário do Tribunal de Contas do Estado da Bahia (“TCE-BA”), alegando a existência de irregularidades envolvendo a licitação que originou o contrato de concessão firmado entre a Fonte Nova e o Governo do Estado da Bahia. Até a data deste relatório, as decisões emitidas pelo TCE-BA, não contemplaram a execução de quaisquer medidas cautelares que poderiam reduzir o valor da contraprestação pública recebida do Poder Concedente ou impedir a continuidade do Contrato de PPP. Por essa razão, não foram constituídas provisões para passivos ou impairment de ativos que reflitam eventuais impactos. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa

base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos suspeição profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião com ressalva. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a

Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- Fornecemos também aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 29 de maio de 2024.

SENSO AUDITORES INDEPENDENTES
CRC N° 2SP 005977/O-9
CVM N° 7307



GUILHERME ROCHA CASTRO SOARES
CRC N° 1SP 290.834/O-4

E2 ARENAS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Balancos patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	-	-	33.619	19.864
Contas a receber	6	-	-	930	870
Ativo financeiro da concessão	7	-	-	200.953	122.680
Partes relacionadas	10	25.917	20.433	9.070	236
Impostos a recuperar	8	-	-	3.867	1.539
Outros ativos		-	-	2.406	2.021
Total do ativo circulante		25.917	20.433	250.845	147.210
Não circulante					
Aplicações financeiras	9	-	-	3.649	10.967
Ativo financeiro da concessão	7	-	-	9.034	108.542
Impostos a recuperar	8	-	-	1.950	1.950
Partes relacionadas	10	68.113	68.113	68.113	68.113
Investimentos	11	213.571	216.738	174.777	177.227
Imobilizado		-	-	803	1.019
Total do ativo não circulante		281.684	284.851	258.326	367.818
Total do ativo		307.601	305.284	509.171	515.028

As notas explicativas da diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

E2 ARENAS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Balancos patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores		24.271	13	27.147	709
Empréstimos e financiamentos	12.1	-	-	15.884	24.101
Debêntures	12.2	231.007	205.434	231.007	205.434
Salários, provisões e contribuições sociais		8	550	2.052	2.697
Tributos e contribuições a recolher	13	2.020	1.569	25.634	2.131
Tributos diferidos	13.2	-	-	-	18.604
Outros passivos		2	296	413	981
Total do passivo circulante		<u>257.308</u>	<u>207.862</u>	<u>302.137</u>	<u>254.657</u>
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	12.1	-	-	13.723	45.513
Debêntures	12.2	-	-	-	-
Partes relacionadas	10	1.462	1.378	1.462	1.378
Provisão para risco processuais	14	-	-	105.375	84.511
Tributos diferidos	13.2	-	-	37.643	32.925
Total do passivo não circulante		<u>1.462</u>	<u>1.378</u>	<u>158.203</u>	<u>164.327</u>
Patrimônio líquido					
Capital social	15	174.332	174.332	174.332	174.332
Reserva de lucros		<u>(125.501)</u>	<u>(78.288)</u>	<u>(125.501)</u>	<u>-</u>
Total do patrimônio líquido		<u>48.831</u>	<u>96.044</u>	<u>48.831</u>	<u>96.044</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u><u>307.601</u></u>	<u><u>305.284</u></u>	<u><u>509.171</u></u>	<u><u>515.028</u></u>

As notas explicativas da diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

E2 ARENAS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Demonstrações dos resultados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receita líquida	16	-	-	63.245	60.554
Custos dos serviços prestados e vendas	17	-	-	(12.262)	(12.422)
Lucro bruto		-	-	50.983	48.132
Despesas gerais e administrativas		(23.956)	(518)	(50.764)	(22.194)
Outras receitas (despesas), líquidas		-	(33.259)	(13.272)	(61.834)
Despesas operacionais	17	(23.956)	(33.777)	(64.036)	(84.028)
Prejuízo antes da equivalência, receitas (despesas) financeiras		(23.956)	(33.777)	(13.053)	(35.896)
Resultado de equivalência patrimonial	11	2.316	(26.489)	3.034	(895)
Prejuízo antes do resultado financeiro		(21.640)	(60.266)	(10.019)	(36.791)
Receitas financeiras		-	-	3.159	4.176
Despesas financeiras		(25.573)	(28.988)	(31.795)	(42.144)
Resultado financeiro	18	(25.573)	(28.988)	(28.636)	(37.968)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(47.213)	(89.254)	(38.655)	(74.759)
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	13.1	-	-	-	(10.652)
Diferido	13.1	-	-	(8.558)	(3.843)
Prejuízo do exercício		(47.213)	(89.254)	(47.213)	(89.254)

As notas explicativas da diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

E2 ARENAS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Demonstrações dos resultados abrangentes

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Prejuízo do exercício	(47.213)	(89.254)	(47.213)	(89.254)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(47.213)</u>	<u>(89.254)</u>	<u>(47.213)</u>	<u>(89.254)</u>

As notas explicativas da diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

E2 ARENAS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Controladora e Consolidado)

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

		Reserva de Lucros				
	Nota explicativa	Capital Social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (reapresentado)	15	<u>174.332</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>10.966</u>	<u>185.298</u>
Prejuízo do exercício		-	-	-	(89.254)	(89.254)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	15	<u>348.664</u>	<u>1.051</u>	<u>14.975</u>	<u>(78.288)</u>	<u>96.044</u>
Prejuízo do exercício		-	-	-	(47.213)	(47.213)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	15	<u>522.996</u>	<u>1.051</u>	<u>14.975</u>	<u>(125.501)</u>	<u>48.831</u>

As notas explicativas da diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

E2 ARENAS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo do exercício antes do imposto de renda e contribuição social		(47.213)	(89.254)	(38.655)	(74.759)
Ajustes para reconciliar o lucro do exercício ao fluxo de caixa gerados pelas (aplicado nas) atividades operacionais:					
Resultado de equivalência patrimonial	11	(2.316)	26.489	(3.034)	895
Depreciações e amortizações	17	-	-	262	252
Ganho/perda na variação de percentual de participação		-	33.090	-	33.090
Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa sobre partes relacionadas	10	-	-	-	23.518
Atualização do ativo financeiro	7	-	-	(27.434)	(31.767)
Constituição de impostos diferidos sobre a receita		-	-	-	(17.934)
Variações monetárias, cambiais e encargos - líquidos	18	25.573	28.988	31.097	35.726
Provisão para riscos processuais	14	-	-	17.838	12.628
Perda estimada em crédito de liquidação duvidosa	6	-	-	-	153
		-	-	-	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber		-	-	48.608	(292)
Estoque		-	-	-	(269)
Despesas antecipadas		-	-	317	(32)
Outros ativos		-	101	(702)	(296)
Fornecedores		24.258	(12)	26.438	14
Salários, provisões e contribuições sociais		(542)	(186)	(647)	(60)
Tributos e contribuições a recolher		452	61	4.086	(2.329)
Parcelamento de tributos federais		-	-	-	-
Outros passivos		(297)	31	(567)	133
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(85)	(692)	55.278	57.185
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:					
Aplicações financeiras		-	-	7.318	5.810
Aquisição de imobilizado		-	-	(45)	(122)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		-	-	7.273	5.688
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:					
Empréstimos pagos	12.1	-	-	(40.695)	(69.755)
Debêntures pagas	12.2	-	(6.928)	-	(6.928)
Valores tomados a partes relacionadas		797	386	796	393
Valores pagos a partes relacionadas		(712)	306	(4.062)	298
Dividendos recebidos	10	-	6.928	-	6.928
Juros pagos		-	-	(4.836)	(10.055)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		85	692	(48.797)	(79.119)
Efeito líquido de variação de participação		-	-	-	(1)
(Redução) Aumento no caixa e equivalentes de caixa		-	-	13.755	(16.247)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	-	-	19.864	36.111
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5	-	-	33.619	19.864
(Redução) Aumento no caixa e equivalentes de caixa		-	-	13.755	(16.247)

As notas explicativas da diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidada

E2 ARENAS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A E2 Arenas S.A.- Em Recuperação Judicial (“Companhia”) cuja sede está localizada em Salvador /BA, e foi constituída sob a forma de “sociedade anônima” de capital fechado, tendo como única acionista a CERTHA Investimentos S.A.- Em Recuperação Judicial (“CERTHA Investimentos”).

A Companhia tem como objeto social: i) exploração da atividade de engenharia civil, e da indústria da construção civil, inclusive gerenciamento; administração e execução de projetos de obras; ii) compra, venda e aluguel de imóveis e espaços imobiliários; iii) incorporação imobiliária; iv) prestação de serviços de gestão financeira; v) prestação de serviços de cessão de mão de obra; vi) locação de máquinas e equipamentos, com e sem operador; vii) administração e comercialização de espaço publicitário próprio; viii) coordenação e contratação da produção de material editorial para mídia impressa; ix) participação em outras sociedades no Brasil e no Exterior de qualquer ramo, podendo inclusive constituir e participar de consórcios de empresas; x) administração de bens imobiliários; xi) gestão de eventos esportivos e realização de atividade de entretenimento em geral, incluindo realização de shows, festas, eventos culturais, religiosos e congêneres, podendo inclusive comercializar espaços para os expectadores de referidos eventos, tais como arquibancada, cadeiras, camarotes, entre outros. xii) comercialização de alimentos, bebidas, artigos de vestuário e acessórios em geral; xiii) exploração de estacionamento; e xiv) exploração de mídia impressa, eletrônica e digital.

1.1 Recuperação Judicial da Companhia de determinadas empresas do Grupo Metha

Em 17 de outubro de 2023, a Companhia, sua controladora direta Certha Investimentos S.A., a controladora indireta Metha S.A., e outras empresas do Grupo Metha, a saber: KPE Performance em Engenharia S.A., Megha Infraestrutura S.A., Alpha 3 Participações S.A., G.O. Participações S.A., e OAS Restructuring (BVI), em conjunto doravante denominadas “Companhias em recuperação”, em vista da situação financeira desfavorável que se encontravam, aliada a uma série de outros fatores, dentre os quais destacamos: (i) piora do cenário macroeconômico, sobretudo no setor de infraestrutura e que frustrou o plano de negócios das sociedades, (ii) aumento nos custos dos insumos e das matérias-primas no setor de construção, agravando o desequilíbrio no planejamento econômico-financeiro traçado anteriormente; ajuizaram, perante o Juízo da 2ª Vara Empresarial da Comarca de Salvador, Estado da Bahia, pedido de recuperação judicial, distribuído sob nº 8139252-58.2023.8.05.0001, em conjunto, nos termos da Lei de Recuperação Judicial.

Em 31 de outubro de 2023, foi proferida decisão deferindo o processamento do pedido de recuperação judicial tendo sido nomeado como administrador judicial (art. 52, I, e art. 64 da Lei de Recuperação Judicial), a EXM Partners Assessoria Empresarial LTDA.

As Companhias em recuperação avaliaram que, diante dos desafios decorrentes do agravamento da sua situação econômico-financeira, a Recuperação Judicial era a medida mais adequada para proteger o valor dos seus ativos, bem como para atender de forma organizada e racional, aos interesses da coletividade de seus credores, na medida dos recursos disponíveis e, principalmente, manter a continuidade de suas atividades.

E2 ARENAS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1.2 Acordos com órgãos públicos firmados –Grupo METHA

Acordo de Leniência

A Controladoria-Geral da União (CGU) e a Advocacia-Geral da União (AGU) assinaram, em 14 de novembro de 2019, Acordo de Leniência com o Grupo METHA (anteriormente denominado GRUPO OAS), investigado no âmbito da Operação Lava Jato.

Em função deste acordo, o Grupo assumiu o compromisso de pagar integralmente o valor de R\$ 1,9 bilhões, em parcelas anuais, atualizadas pela SELIC, com vencimento para 2047.

O Acordo estabelece a obrigatoriedade de aperfeiçoamento do atual programa de integridade do Grupo METHA, determinando seu acompanhamento e aprimoramento contínuo, inclusive com a implementação da certificação ISO 37.001, com foco na prevenção da ocorrência de ilícitos e privilegiando em grau máximo a ética e transparência na condução dos negócios das empresas.

Dentre os benefícios legais assegurados com a celebração e regular execução do Acordo está a autorização para que as empresas do Grupo METHA voltem a poder celebrar contratos com a Administração Pública.

Acordo CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica)

A Construtora COESA (atual denominação da Construtora OAS S.A – Em Recuperação Judicial) celebrou, no total, dez Termos de Compromisso de Cessação de Prática, obrigando-se a pagar um montante total de R\$ 310.174 em até 20 anos, na forma estabelecida em cada instrumento e cujos valores deverão ser atualizados pela taxa Selic.

As obrigações decorrentes do Acordo de Leniência, incluindo CADE e CGU, bem como outros acordos firmados com determinadas autoridades governamentais, serão custeadas pela Metha S.A. – Em Recuperação Judicial.

2. Entidades da Companhia

A lista a seguir apresenta as participações nas empresas controladas e controladas em conjunto consideradas nas informações consolidadas:

	Participação direta no capital social		
	País	2023	2022
<u>Controladas</u>			
Arena das Dunas Concessão e Eventos S.A. ("Arena das Dunas")	Brasil	100,00%	100,00%
Less Click Systems Ltda	Brasil	-	100,00%
<u>Controlada em conjunto</u>			
Fonte Nova Negócios e Participações S.A. ("Arena Fonte Nova" ou "Fonte Nova")	Brasil	50,00%	50,00%

E2 ARENAS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Bases de preparação e políticas contábeis

3.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizada pela diretoria em 29 de maio de 2024.

a) Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela avaliação de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, que estão mensurados pelo valor justo.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela diretoria na sua gestão.

b) Moeda funcional

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresentadas em reais foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

c) Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, de acordo com as normas e os pronunciamentos emitidos pelo CPC, exige que a diretoria faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua, e baseiam-se na experiência histórica entre outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que elas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas quanto às premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste relevante dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazo, assim como análise do risco para determinação de provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da diretoria, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

E2 ARENAS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

d) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

Inadimplência ou atrasos do devedor;

Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;

Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um ativo financeiro.

3.2 Principais Políticas Contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão definidas a seguir e foram aplicadas de forma consistente no exercício corrente:

a) Caixa e equivalentes de caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

b) Instrumentos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia e de sua controlada são, substancialmente, representados pelo caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, e outros ativos, e os passivos financeiros pelo contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e outras obrigações.

Ativo Financeiro

Referem-se à parcela dos direitos faturados e a faturar decorrentes do Contrato de Parceria Público Privada (“Contrato de PPP”) firmado com o poder concedente (Estado do Rio Grande do Norte) até o final da concessão. Foi classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa diretamente do poder concedente pelos serviços de construção da Arena das Dunas.

Reconhecimento inicial e mensuração

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

E2 ARENAS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

b.1) Ativos financeiros

A Companhia e sua controlada classifica seus ativos financeiros sob a categoria de custo amortizado, os quais são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo.

Tais instrumentos financeiros são apresentados como ativos circulante e não circulante, compreendem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, ativos financeiros da concessão, contas a receber e outros ativos. Esses ativos são contabilizados pelo custo amortizado, com base no método da taxa de juros efetiva.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está registrado por valor superior ao seu valor recuperável (impairment). O montante da perda por impairment é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido no resultado.

b.2) Passivos financeiros

Após reconhecimento inicial, outros passivos financeiros sujeitos a juros são mensurados, subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização.

Os principais passivos financeiros da Companhia estão compreendidos por contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e outras obrigações.

c) Ativo financeiro da concessão

Refere-se à parcela dos direitos a faturar decorrentes do Contrato de PPP firmado com o Estado do Rio Grande do Norte como um ativo financeiro, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro, diretamente do poder concedente pelos serviços de construção da Arena das Dunas.

d) Investimentos e base de consolidação

d.1) Investimentos em empresas controladas

Os investimentos da Companhia em sua controlada e controlada em conjunto são avaliados com base no método de equivalência patrimonial, para fins de preparação das demonstrações contábeis individuais.

A Companhia consolidou integralmente as demonstrações contábeis de sua controlada. Considera-

E2 ARENAS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

se existir controle quando a Companhia detém, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto em Assembleia Geral e tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, a fim de obter benefícios de suas atividades. Nas situações em que a Companhia detenha em substância, o controle de outras entidades constituídas com um fim específico, ainda que não possua a maioria dos direitos de voto, estas são consolidadas pelo método de consolidação integral.

d.2) Investimento em empresa com controle compartilhado

Empresa com controle compartilhado é aquela na qual o controle é exercido conjuntamente pela Companhia e por um ou mais sócios. O investimento em empresa com controle compartilhado é reconhecido no ativo não circulante e como resultado de equivalência patrimonial nas demonstrações de resultado e dos fluxos de caixa.

e) Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000 para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

e.1) Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

e.2) Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício, são reconhecidas como despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão

E2 ARENAS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

f) Reconhecimento de receita

f.1) Receita do contrato de concessão

A receita do contrato de concessão da controlada Arena das Dunas, compreende a remuneração fixa estabelecida no contrato de concessão, onde 85% do valor originalmente estabelecido corresponde a parcela garantida e os demais 15% estão sujeitos à análise de desempenho, pactuados contratualmente. O valor original do contrato é atualizado monetariamente, da forma estabelecida no contrato de concessão.

As despesas do contrato são reconhecidas quando incorridas, a menos que elas criem um ativo relacionado à atividade futura do contrato. As perdas esperadas em um contrato são reconhecidas imediatamente no resultado.

f.2) Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia e suas controladas compreendem:

- Receita de juros;
- Despesa de juros;
- Ganhos/perdas líquidos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda;
- Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros;
- Perdas por redução ao valor recuperável em ativos financeiros (que não contam a receber);
- A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

g) Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e de sua controlada e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia e sua controlada possuírem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

E2 ARENAS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

l) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

I.1) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 7 - Contratos de concessão: (i) determinação de direito de uso de ativos especificados; (ii) obrigações de prestar serviços ou direitos de receber serviços; (iii) obrigações para adquirir ou construir itens da infraestrutura da concessão e (iv) outros direitos e obrigações, por exemplo, grandes manutenções periódicas.

I.2) Estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 7 - Mensuração do valor justo dos ativos financeiros do contrato de concessão: premissas contratuais que possam afetar a certeza dos fluxos de caixa futuros, por exemplo: o período da concessão, datas de reajustes nos preços e bases sobre as quais o reajuste ou renegociação serão determinados;
- Nota Explicativa nº 7 - Teste de redução ao valor recuperável: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos ativos financeiros, objeto do contrato de concessão;
- Nota Explicativa nº 14 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

m) Provisões

A Companhia e sua controlada reconhecem provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa. Em 31

E2 ARENAS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

de dezembro de 2023 não há causas envolvendo ativos contingentes registradas no balanço patrimonial da Companhia.

n) Benefício a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados - Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

o) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7).

p) Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia, quando aplicável, é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ao final do exercício, com base no dividendo mínimo definido no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

3.3 Novas normas, alterações e interpretações já adotadas no período corrente

Apesar de o IASB encorajar a adoção antecipada de novas normas emitidas, tal prática não é permitida no Brasil pelo CPC, portanto a Companhia às aplicará apenas na data de sua adoção inicial.

As seguintes normas alteradas e interpretações não tiveram impacto significativo nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia:

Alteração na norma IFRS 17 – Contratos de seguro

Esclarece aspectos referentes a contratos de seguros. Alteração à IFRS 17 efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023.

Alteração na norma IAS 1 - Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante

Esta alteração esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante. Alteração à IAS 1 efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023.

Alteração na norma IFRS 4 - Extensão das isenções temporárias da aplicação da IFRS 9 para seguradoras

Esclarece aspectos referentes a contratos de seguro e a isenção temporária de aplicação da norma

E2 ARENAS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

IFRS 9 para seguradoras. Alteração à IFRS 4 efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023.

Alteração da norma IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis

Esclarece aspectos a serem considerados na divulgação de políticas contábeis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2023.

Alteração da norma IAS 8 – Definição de estimativas contábeis

Esclarece aspectos a serem considerados na definição de estimativas contábeis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2023.

Alteração da norma IAS 12 – Imposto Diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação

Esclarece aspectos a serem considerados no reconhecimento de impostos diferidos ativos e passivos relacionados a diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2023.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia e suas controladas.

A diretoria da Companhia e suas controladas não estima efeito relevante quando da adoção inicial das referidas normas.

4. Contrato de concessão

Segue abaixo um breve descritivo do contrato de concessão da controlada Arena das Dunas.

A Arena das Dunas firmou em 15 de abril de 2011, Contrato de PPP, na modalidade de Concessão Administrativa para reconstrução e operação do “Machadão e Machadinho”, com o Estado do Rio Grande do Norte, por intermédio do Departamento de Estrada de Rodagens do Rio Grande do Norte - DER (Poder Concedente). O prazo de concessão é de 20 anos e as obras de construção foram concluídas em de janeiro de 2014.

A referida concessão tem por finalidade permitir ao concessionário a demolição e remoção do “Machadão e Machadinho”, construção, manutenção e gestão da operação do Estádio das Dunas e de seu estacionamento. A concessionária explorará economicamente a Arena das Dunas e os bens móveis e imóveis que o integram, porém, a referida arena multiuso precisou preencher os requisitos impostos pela FIFA e pelo Comitê Organizador da Copa do Mundo de 2014 para receber partidas da Copa do Mundo de 2014.

A contraprestação pecuniária a ser paga a concessionária corresponde a um valor mensal de 85% fixo da contraprestação, também chamado de parcela fixa e um valor mensal de 15% variável da contraprestação, também chamado de parcela variável. A parcela fixa sofrerá reduções ao longo do contrato, não ocorrendo qualquer redução e/ou acréscimo na parcela variável.

E2 ARENAS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Após a entrega da obra, do 1º ao 8º ano, não há redução da contraprestação fixa. Do 9º ao 12º ano de operação haverá a redução de 30% da contraprestação fixa. Do 13º ano da operação até o fim do contrato haverá a redução de 100% da contraprestação fixa, sendo mantida apenas a contraprestação variável.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 6, O Estado do Rio Grande do Norte ajuizou ação visando a suspensão dos pagamentos da contraprestação financeira do contrato 01/2011. Atualmente, a Companhia está recebendo o equivalente a 75% da contraprestação contratada, enquanto permanecem as discussões no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte ("TCE-RN"), por ter o poder judiciário do Rio Grande do Norte entendido ser este o percentual incontroverso, com base no apontado no relatório do TCE-RN.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixa e bancos	-	-	69	14.424
Certificados de depósitos bancários - CDB (a)	-	-	33.550	5.440
	-	-	33.619	19.864

(a) Os certificados de depósito bancários são remunerados por taxas equivalentes a aproximadamente 99% do CDI com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor.

Aplicações financeiras consideradas equivalentes de caixa têm liquidez imediata e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

6. Contas a receber

	Consolidado	
	2023	2022
Bilheteria	1.247	1.247
Camarote/publicidade/locação de espaço	1.384	1.177
(-) Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa	(1.701)	(1.554)
Total	930	870

Referem-se aos recebíveis decorrentes das atividades de operação relativas às vendas de serviços contemplados no contrato de parceria público privado firmado com o Estado do Rio Grande do Norte.

A perda estimada em créditos de liquidação duvidosa é constituída com base em análise da situação financeira de cada cliente e é considerada suficiente pela Administração para a cobertura de eventuais riscos de crédito.

E2 ARENAS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2023, a análise do vencimento do saldo do contas a receber líquido é apresentada a seguir:

	Consolidado	
	2023	2022
A vencer	39	166
Até 30 dias	167	288
Até 60 dias	74	177
Até 90 dias	317	66
Até 180 dias	162	107
Até 365 dias	171	32
Até 540 dias	-	9
Mais de 540 dias	-	25
Total	930	870

7. Ativo financeiro da concessão

	Consolidado	
	2023	2022
Recebíveis de contrato de concessão - faturado	121.362	102.041
Recebíveis de contrato de concessão - a faturar	316.956	357.512
Redução ao valor recuperável (<i>impairment</i>)	(228.331)	(228.331)
Total	209.987	231.222
Ativo circulante	200.953	122.680
Ativo não circulante	9.034	108.542
Total	209.987	231.222

	Consolidado	
	2023	2022
Saldo em 1º de janeiro	231.222	277.968
Receita operacional	33.051	31.128
Atualização financeira	27.433	31.767
Recebimento das contraprestações	(80.806)	(107.894)
IRRF sobre contraprestações	(913)	(1.747)
Saldo em 31 de dezembro	209.987	231.222

Referem-se à parcela dos direitos faturados e a faturar decorrentes do contrato de parceria público privado firmado com o Estado do Rio Grande do Norte até o final da concessão. Foi classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa diretamente do poder concedente pelos serviços de construção da Arena das Dunas.

A contraprestação pecuniária a ser paga a concessionária corresponde a um valor nominal mensal de R\$ 13.218. Deste montante, R\$ 11.048 correspondem à parcela fixa da contraprestação, e

E2 ARENAS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

R\$ 2.785 corresponde à parcela variável da contraprestação, esta última depende de indicadores de desempenho pactuados contratualmente relacionados à operação da Arena.

A parcela fixa sofrerá reduções ao longo do contrato, não ocorrendo qualquer redução e/ou acréscimo na parcela variável. Após a entrega da obra, do 1º ao 8º ano, não há redução da contraprestação fixa. Do 9º ao 12º ano de operação haverá a redução de 30% da contraprestação fixa. Do 13º ano da operação até o fim do contrato haverá a redução de 100% da contraprestação fixa, sendo mantida apenas a contraprestação variável.

7.1 Mudança de base de estimativa do ativo financeiro

A Companhia efetuou o reconhecimento da perda do valor não recuperável no fim do exercício de 2017 considerando as seguintes premissas: o não recebimento acumulado dos 25% do valor da contraprestação considerado controverso em decisão do TCE-RN mensurado em R\$ 66.338; ajuste no saldo remanescente do ativo financeiro em 25% por se tratar do possível volume de caixa não recuperável ao longo do contrato de concessão e que já foi reconhecido como um recebível mensurado em R\$ 161.993. Dessa forma, o valor total do ajuste no ativo financeiro considerado no teste de recuperabilidade foi de R\$ 228.331 até aquele ano.

Devido à manutenção dos efeitos do não recebimento dos 25% da contraprestação nos exercícios seguintes, a Companhia realizou a cada mês o reconhecimento da perda considerando em modelagem financeira o fluxo futuro dos recebimentos da contraprestação em sua integralidade. Esse método de mensuração impulsionou a TIR (Taxa Interna de Retorno) calculada como efeito para manter o volume da receita de atualização do ativo financeiro no mesmo nível de antes do efeito do *impairment*.

Em 2022 a Companhia reavaliou esse método praticado de mensuração e considerou a necessidade de reapresentação das demonstrações financeiras de 2021 para fins de manter a comparabilidade considerando as mesmas premissas, conforme segue:

- (a)** Reverter as perdas estimadas reconhecidas nos exercícios de 2018 a 2021;
- (b)** Recalcular e reverter as receitas de atualização do ativo financeiro de 2018 a 2021;
- (c)** Recalcular e incorporar os efeitos dos tributos diferidos sobre as variações no ativo financeiro de 2018 a 2021 considerando as novas bases de diferenças temporárias;
- (d)** Apresentar as demonstrações financeiras de 2022 considerado a nova base de estimativa do ativo financeiro;
- (e)** Evidenciar a TIR (Taxa Interna de Retorno) calculada a partir das alterações dessas premissas acima.

No quadro a seguir é demonstrado o histórico dos saldos das movimentações do ativo financeiro apresentado nas demonstrações financeiras dos exercícios de 2017 a 2021, bem como os ajustes na composição da receita do ativo financeiro e a perda ao valor recuperável com seus efeitos da mudança de base considerando também o exercício de 2022. Dessa maneira, após a revisão da modelagem financeira, identificou-se que o impacto na inclinação da curva de realização do ativo financeiro foi negativa em relação ao método utilizado anteriormente acumulando uma redução de R\$ 37.644. Considerando os efeitos tributários, o impacto no resultado da Companhia foi de R\$ 21.277, sendo esse montante compensado com a reserva legal R\$ 995 e a reserva de lucros R\$ 10.375, por fim, absorvendo o saldo restante em prejuízos acumulados de R\$ 9.906 até o exercício de 2021.

E2 ARENAS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A taxa utilizada na atualização do ativo financeiro é a TIR (Taxa Interna de Retorno), calculada em 13,41% (a.a.) após a mudança de base de estimativa do ativo financeiro.

A seguir está apresentada a movimentação no ativo financeiro:

	<u>Valor (R\$)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (reapresentado)	277.968
Receita de operações (a)	31.127
Atualização do ativo financeiro	31.767
Recebimento das contraprestações	(107.893)
IRRF sobre contraprestação	(1.747)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	231.222
Receita de operações (a)	33.051
Atualização do ativo financeiro	27.433
Recebimento das contraprestações	(80.806)
IRRF sobre contraprestação	(913)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	209.987

(a) Em 11 de julho de 2016, o Estado do Rio Grande do Norte ajuizou ação visando a suspensão dos pagamentos da contraprestação financeira do contrato 01/2011. Nesse contexto, o Juízo da 5ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Natal citou a Arena das Dunas para apresentar contestação e igualmente a notificou acerca do deferimento de pedido para depositar em juízo o pagamento devido em 12 de julho de 2016.

A referida ação é fundamentada em um relatório preliminar do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte ("TCE-RN") que concluiu que o custo por assento da Arena das Dunas estaria superior ao que poderia ser considerado adequado e, portanto, estaria viciado por sobrepreço.

A Arena das Dunas apresentou esclarecimentos e documentos iniciais ao TCE-RN, bem como contestou a ação no âmbito judicial no prazo legal e recorreu das decisões liminares que autorizaram provisoriamente a suspensão dos pagamentos, de forma que em 16 de agosto de 2016, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte ("TJ-RN") reformou a decisão anterior e determinou o pagamento do equivalente a 75% da contraprestação contratada, por ser este o percentual incontroverso, conforme apontado no relatório do TCE-RN.

E2 ARENAS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

8. Impostos a recuperar

	Consolidado	
	2023	2022
IRRF retido (a)	2.901	27
PIS e COFINS a recuperar (b)	473	3.011
Outros	2.443	451
Total	5.817	3.489
Circulante	3.867	1.539
Não circulante	1.950	1.950
Total	5.817	3.489

- (a) Refere-se ao valor retido das faturas emitidas das parcelas da contraprestação e sobre os rendimentos de aplicação financeira.
- (b) Os valores de PIS e COFINS a recuperar referem-se, substancialmente, aos créditos advindos das operações de aquisição de serviços pela Companhia no período de construção da Arena das Dunas.

9. Aplicações financeiras

	Consolidado	
	2023	2022
Certificados de depósito bancário - CDB	3.649	10.967

O saldo de aplicação financeira de longo prazo no valor de R\$ 3.649 (R\$ 10.967 em 31.12.2022), refere-se à constituição de uma conta reserva à título de garantia, a ser preenchida com saldo não inferior ao montante equivalente à soma das prestações de amortizações do principal e juros do contrato de empréstimo junto ao Banco do Nordeste por intermédio do BNDES dos subcréditos “A” e “B”, vencíveis nos três meses imediatamente subsequentes. A aplicação financeira é remunerada por uma taxa equivalente a aproximadamente 99% dos Certificados de Depósitos Bancários (“CDI”), com resgate restrito ao vencimento da dívida que ocorrerá em 2026.

E2 ARENAS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10. Partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Ativo circulante				
Arena das Dunas (a)	20.197	20.197	3.350	-
Fonte Nova (a)	5.720	236	5.720	236
Total	25.917	20.433	9.070	236
Ativo não circulante				
CERTHA Investimentos S.A. (b)	68.113	68.113	68.113	68.113
Metha S.A. (c)	-	-	23.519	23.519
(-) Redução ao valor recuperável (c)	-	-	(23.519)	(23.519)
Total	68.113	68.113	68.113	68.113
Passivo não circulante				
Metha S.A. (b)	1.462	665	1.462	665
BEYOND Desenvolvimento Ambiental S.A. (b)	-	713	-	713
Total	1.462	1.378	1.462	1.378

(a) Refere-se a dividendos propostos a receber.

(b) Refere-se a saldo de conta corrente *intercompany* e sem incidência de encargos financeiros.

(c) Refere-se ao saldo a receber da Metha registrado na Arenas das Dunas para o qual foi registrado redução ao valor recuperável em 2022.

11. Investimentos

a) Informações sobre as investidas

	Ativo total		Passivo total		Patrimônio líquido		Resultado do exercício	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Controlada								
Arena das Dunas	260.563	269.451	221.768	229.940	38.795	39.511	(717)	(25.594)
Controlada em conjunto								
Arena Fonte Nova	674.359	775.049	324.805	420.595	349.554	354.454	6.067	1.989

As informações acima de cada entidade não levam em consideração o percentual de participação da Companhia.

b) Controladora

	2022	Movimentação			2023	
	Investimentos	Baixa	Equivalência Patrimonial	Dividendos propostos	Perda	Investimentos
Arena das Dunas	39.511	-	(718)	-	-	38.793
Arena Fonte Nova	177.227	-	3.034	(5.484)	-	174.778
Total	216.738	-	2.316	(5.484)	-	213.571

E2 ARENAS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	2021	Movimentação			2022	
	Investimentos	Baixa	Equivalência Patrimonial	Dividendos propostos	Perda	Investimentos
Arena das Dunas	65.105	-	(25.594)	-	-	39.511
Arena Fonte Nova	211.447	-	(895)	(236)	(33.089)	177.227
Total	276.552	-	(26.489)	(236)	(33.089)	216.738

c) Consolidado

	2022	Movimentação			2023
	Investimentos	Equivalência Patrimonial	Dividendos propostos	Perda	Investimentos
Arena Fonte Nova	177.227	3.034	(5.484)	-	174.777
Total	177.227	3.034	(5.484)	-	174.777

	2021	Movimentação			2022
	Investimentos	Equivalência Patrimonial	Dividendos propostos	Perda	Investimentos
Arena Fonte Nova	211.447	(895)	(236)	(33.089)	177.227
Total	211.447	(895)	(236)	(33.089)	177.227

Arena das Dunas

Não houve pagamento de dividendos nos anos de 2023 e de 2022.

Fonte Nova

A Fonte Nova é parte de um Contrato de PPP na modalidade de Concessão Administrativa para reconstrução e operação do estádio Octávio Mangabeira, antiga denominação da Arena Fonte Nova, firmado em 21 de janeiro de 2010 entre o Governo do Estado da Bahia, por intermédio da SETRE e a Companhia. O prazo original da concessão é de 35 anos e as obras de construção foram concluídas em 5 de abril de 2013.

A referida concessão da operação tem por finalidade permitir a Concessionária recuperar o investimento feito na demolição e construção da nova arena multiuso, não coberto pela contraprestação pública. Conseqüentemente, a Concessionária explorará economicamente a Arena Fonte Nova e os bens móveis e imóveis que a integram.

Após a emissão do Certificado de Conclusão das Obras de Reconstrução, foi iniciada a operação da arena multiuso, passando a ser devida pelo Poder Concedente à Fonte Nova, a contraprestação mensal, que será paga em 180 parcelas mensais e sucessivas, atualizadas anualmente pela variação do Índice de Preços do Consumidor Amplo (“IPCA”), com término em março de 2028.

Em 12 de abril de 2016, o Plenário do Tribunal de Contas do Estado da Bahia (“TCE-BA”), no julgamento do Processo TCE/000490/2010, determinou ao Poder Concedente a realização de estudos, no prazo de 120 dias, para adequar as cláusulas econômico-financeiras do Contrato de PPP n. 02/2010 firmado com a Fonte Nova, objetivando melhor salvaguarda do interesse público, em

E2 ARENAS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

razão de irregularidades verificadas no âmbito daquele Processo, cuja decisão está sujeita a recursos.

Na referida decisão, o TCE-BA determinou a continuidade do Contrato de PPP n. 02/2010 e não foram concedidas as medidas cautelares que poderiam resultar na imediata redução do valor pago pelo Poder Concedente a título de contraprestação pública à Concessionária, ou na vedação do pagamento de qualquer quantia a título de compartilhamento de risco de demandas. Da mesma forma, não foram cautelarmente determinadas quaisquer medidas que pudessem ensejar novas obrigações ou assunção de novos custos pela Companhia em relação ao Contrato de PPP, tampouco penalidades à Concessionária ou aos seus administradores.

Considerando o atual estágio do processo, tendo em vista que a decisão não é definitiva, a Administração da Fonte Nova, suportada pela avaliação de seus consultores jurídicos, entende que não é possível, neste momento, estimar eventual impacto na contraprestação pública e tampouco os potenciais desdobramentos deste processo.

Desta forma, em função das incertezas existentes, em 31 de dezembro de 2023, não foi constituída provisão para passivos ou registrado *impairment* de ativos, para refletir os potenciais desdobramentos deste processo.

Reequilíbrio Econômico-Financeiro do Contrato- Fonte Nova

A Fonte Nova e o Poder concedente celebraram em outubro de 2021 o Termo Aditivo nº 5 (“5º Aditivo” ou “aditamento”).

Fundamentado pelo Estudo de Reequilíbrio Econômico-Financeiro realizado pelo Banco Fator, o 5º Aditivo estabeleceu a emissão de empenho direto em nome dos Credores (“Empenho Direto”), para amortização parcial da dívida oriunda dos contratos de financiamentos firmados no âmbito da Concessão.

A operação do Empenho Direto culminou com a redução do valor da Contraprestação Pública devida pelo Poder Concedente à Concessionária, que passou de R\$ 180,9 milhões para R\$ 102,3 milhões anuais. Não houve alteração do prazo de pagamento da contraprestação pública.

O aditamento estabeleceu também a redução do prazo da concessão, que passou de 35 anos para 18 anos e 02 meses, encerrando-se em 31 de março de 2028.

Como resultado da controvérsia acerca do mecanismo de Compartilhamento de Risco de Demanda, a qual motivou a Glosa do pagamento da Contraprestação da competência janeiro de 2018, o 5º Aditivo estabeleceu a devolução do valor glosado, bem como o pagamento, a favor da Concessionária, referente ao Risco de Demanda Compartilhado, conforme apurado em Peritagem técnica elaborada pela Ernst & Young.

Por fim, foi estabelecido que a Concessionária deverá compartilhar 10% das Receitas Operacionais Líquidas auferidas anualmente com o Poder Concedente a partir da assinatura do termo aditivo.

E2 ARENAS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. Passivos financeiros

12.1. Empréstimos e financiamentos

	Moeda	Encargos financeiros anuais	Ano de vencimento	Consolidado	
				2023	2022
Empréstimos					
BNDES	R\$	TJLP + 3,44%	2026	30.478	70.794
(-) Custos da transação a amortizar				(871)	(1.180)
Total				<u>29.607</u>	<u>69.614</u>
Passivo circulante				15.884	24.101
Passivo não circulante				<u>13.723</u>	<u>45.513</u>
Total				<u>29.607</u>	<u>69.614</u>

Para a execução dos custos iniciais das obras de construção do Estádio das Dunas – “Arena das Dunas”, a Companhia obteve em 14 de outubro de 2012 a aprovação para liberação de empréstimo, na modalidade de Cédula de Crédito Bancário, junto ao BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, nomeados contratualmente como BNDES subcrédito A e BNDES subcrédito B, no montante total de R\$ 396.575. Os juros são pagos mensalmente juntamente com as parcelas mensais e sucessivas do principal, até o vencimento da dívida que ocorre em 15 de janeiro de 2026 para o subcrédito A e 15 de outubro de 2026 para o subcrédito B.

A movimentação ocorrida no exercício de 2023 é a seguinte:

	Consolidado	
	2023	2022
Saldo inicial	69.614	138.581
(-) Pagamento de principal	(40.695)	(69.755)
(-) Pagamento de juros	(4.836)	(10.055)
(+) Juros provisionados	5.215	10.529
(-) Amortização de custo da transação	309	314
Saldo final	<u>29.607</u>	<u>69.614</u>

Garantias

Cessão fiduciária de direitos e créditos decorrentes da prestação pública e exploração da Arena, penhor de ações e direitos emergentes e suporte financeiro dos acionistas.

“Covenants” contratuais

O contrato de financiamento apresenta cláusulas restritivas baseadas no cálculo do ICSD – Índice de Cobertura do Serviço da Dívida como forma de limitação à distribuição de dividendos. Além desses compromissos financeiros, existem outros compromissos assumidos, dentre os quais:

- Não realizar alterações no Contrato de PPP;
- Não efetuar qualquer aditamento à escritura de emissão de debêntures sem a prévia anuência do BNDES;
- Ocorrência de vencimento antecipado das debêntures objeto da 1ª Emissão de Debêntures;
- Não constituir, sem a prévia autorização do BNDES, penhor ou gravame sobre os direitos dados em garantia ao BNDES;

E2 ARENAS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- Não contrair ou conceder mútuos aos seus acionistas ou a qualquer outra empresa do Grupo Econômico sem anuência do BNDES;
- Não realizar alterações societárias sem a prévia anuência dos agentes.

A Companhia alocou o saldo do não circulante da dívida junto aos créditos circulantes devido à quebra de “*covenant*” no seguinte item contratual: “Não contrair ou conceder mútuos aos seus acionistas ou a qualquer outra empresa da Companhia Econômico sem anuência do BNDES”, ocasionando a possibilidade de antecipação da liquidação da dívida.

O contrato de empréstimo junto ao BNDES tem como agente garantidor a METHA.

12.2. Debêntures - consolidado

	Saldos em 31/12/2023			2023
	Principal	Encargos	Total	
E2 Arenas (a)	79.573	151.434	231.007	205.434
Total	79.573	151.434	231.007	205.434

Conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial de 2015, os credores financeiros da SPE Gestão, diante da novação da integralidade dos seus Créditos, seriam pagos conforme detalhado abaixo.

- (a) a E2 Arenas assumiu integralmente a dívida da SPE Gestão junto à Vinci Gestora de Recursos S.A, mediante aditivo assinado em janeiro de 2017, asseguradas as condições mínimas originalmente pactuadas, sem prejuízo das modificações definidas nos itens a seguir, ficando, dessa forma, a SPE Gestão e a CERTHA Investimentos integral e irrevogavelmente exoneradas de sua obrigação; a atualização monetária das parcelas se dará pela variação do IPCA, acrescida de juros de 10,3% ao ano, os quais serão capitalizados e pagos em parcela única devida em 31 de maio de 2022; e haverá amortização extraordinária e compulsória de juros e principal (de forma consolidada e proporcional), na hipótese de recebimento pela E2 Arenas de dividendos da Fonte Nova Negócios e Participações S.A. e da Arena das Dunas Concessão e Eventos S.A..

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.1., considerando o pedido de Recuperação Judicial ajuizado em outubro de 2023, não houve pagamentos ou atualização dos saldos a partir dessa data. Até a data de emissão das demonstrações contábeis, ainda não houve a aprovação do Plano Recuperação Judicial da Companhia com as novas condições de pagamento da dívida.

E2 ARENAS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação ocorrida no exercício de 2023 é a seguinte:

	Consolidado	
	2023	2022
Saldo inicial	205.434	182.567
(-) Pagamento de principal	-	(6.928)
(+) Juros provisionados	25.573	29.795
Saldo final	<u>231.007</u>	<u>205.434</u>

Não existem cláusulas de repactuação para as debêntures.

13. Tributos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
IR e CSLL a recolher	580	934	580	934
ISS a recolher	-	-	9.479	512
PIS e COFINS a recolher	-	2	14.099	2
Impostos retidos na fonte	1.440	633	1.476	683
Total	<u>2.020</u>	<u>1.569</u>	<u>25.634</u>	<u>2.131</u>
Circulante	2.020	1.569	25.634	2.131
Não circulante	-	-	-	-
Total	<u>2.020</u>	<u>1.569</u>	<u>25.634</u>	<u>2.131</u>

13.1. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças temporárias e sobre os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. O cálculo do imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(47.213)	(89.254)	(38.655)	(74.759)
Aliquota nominal combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
	16.052	30.346	13.143	25.418
Adições permanentes:				
Equivalência patrimonial	787	(9.006)	1.032	(304)
Outros	-	-	-	(18.269)
Efeito dos impostos diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa (não constituídos)	(16.839)	(21.340)	(22.733)	(21.340)
Imposto de renda e contribuição social diferido	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(8.558)</u>	<u>(14.495)</u>
Correntes	-	-	-	(10.652)
Diferidos	-	-	(8.558)	(3.843)
Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(8.558)</u>	<u>(14.495)</u>

E2 ARENAS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

13.2. Tributos diferidos

	Consolidado	
	2023	2022
PIS diferido	950	3.815
ISS diferido	1.950	8.329
COFINS diferido	4.375	17.573
IRPJ diferido	22.330	16.039
CSLL diferido	8.039	5.773
Total	37.643	51.529
Passivo circulante	-	18.604
Passivo não circulante	37.643	32.925
Total	37.643	51.529

Os saldos de tributos diferidos referem-se à incidência dos referidos tributos sobre o ativo financeiro. Os saldos estão sendo liquidados com o recebimento das contraprestações mensais da controlada Arena das Dunas.

14. Provisões para riscos processuais

A controlada Arena das Dunas, suportada na opinião de seus assessores jurídicos, entende que os montantes de provisões registradas são suficientes para cobrir as perdas prováveis.

Os valores representam uma provisão reconhecida no valor de R\$ 105.375 (R\$ 84.511 em 2022), decorrente de uma ação judicial contra a Arena das Dunas de natureza tributária e classificada com o risco provável.

A controlada Arena das Dunas tem ações de natureza cível, fiscal e trabalhista envolvendo risco de perda classificados como possíveis no montante de R\$ 39.178, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída. A parcela mais relevante desses processos é de natureza fiscal relacionada a discussão quanto a escrituração de créditos de impostos federais. A controlada Arena das Dunas espera não incorrer em perdas relacionadas a esses processos.

15. Patrimônio líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o capital social da Companhia, subscrito e integralizado é de R\$ 174.332, representado por 174.332.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de R\$ 1,00.

Reserva legal

É constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até alcançar 20% do capital social ou até que o saldo dessa reserva, acrescido do montante da reserva de capital, exceda a 30% do capital social.

E2 ARENAS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

16. Receita líquida

	Consolidado	
	2023	2022
Receita de operação (a)	33.051	31.127
Receita adicional	5.900	6.854
Atualização do ativo financeiro	27.434	31.767
Total	66.385	69.748
Impostos incidentes sobre a receita	(3.140)	(9.194)
Receita líquida	63.245	60.554

(a) Refere-se à parcela variável da contraprestação recebida pela controlada Arena das Dunas o que corresponde a 15% da parcela integral, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 6.

17. Demonstração do resultado por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Pessoal	415	(512)	(6.807)	(7.734)
Terceiros	(24.279)	(5)	(33.466)	(9.192)
Gastos gerais	(2)	(1)	(385)	(384)
Alugueis	-	-	(219)	(219)
Utilidades e serviços	(41)	-	(2.142)	(2.101)
Remuneração dos administradores (Nota 10.1)	-	-	-	-
Depreciação e amortização	-	-	(262)	(252)
Viagens e representações	-	-	(219)	(219)
Impostos e taxas	-	-	-	(423)
Resultado na formação de controle compartilhado (nota 10)	-	-	(936)	983
Contratos com clubes de futebol	-	-	-	(1.396)
Provisão para contingências	-	-	(7.651)	(7.087)
Manutenção e reparo	-	-	-	(6.654)
Outros	(49)	(33.259)	(24.211)	(61.772)
Total	(23.956)	(33.777)	(76.298)	(96.450)
Custos dos serviços prestados	-	-	(12.262)	(12.422)
Despesas operacionais	(23.956)	(33.777)	(64.036)	(84.028)
Total	(23.956)	(33.777)	(76.298)	(96.450)

E2 ARENAS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

18. Resultado financeiro, líquido

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receitas financeiras				
Juros sobre aplicações financeiras	-	-	3.134	4.105
Outras receitas financeiras	-	-	25	71
Subtotal	-	-	3.159	4.176
Despesas financeiras				
Juros sobre:				
Empréstimos e financiamentos	-	-	(5.215)	(10.842)
Debêntures	(25.573)	(28.986)	(25.573)	(28.986)
Partes relacionadas	-	(2)	-	(2)
Despesas e comissões bancárias	-	-	-	-
IOF	-	-	(188)	(89)
Outras despesas financeiras	-	-	(819)	(2.225)
Subtotal	(25.573)	(28.988)	(31.795)	(42.144)
Total	(25.573)	(28.988)	(28.636)	(37.968)

19. Instrumentos financeiros

Encontra-se a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros apresentados nas demonstrações contábeis.

	Hierarquia de valor justo	Saldos em 31/12/2023			
		Controladora		Consolidado	
		Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	2	-	-	33.619	33.619
Aplicações financeiras	2	-	-	3.649	3.649
Ativo financeiro da concessão	3	-	-	9.964	9.964
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos	N/A	-	-	15.884	16.755
Debêntures	N/A	231.007	231.007	231.007	231.007

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo.

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outros ativos, contas a pagar a fornecedores e outros passivos se aproximam do seu valor de mercado.
- Valores a receber a longo prazo a taxas pré e pós-fixadas são avaliados pela Companhia e sua controlada com base em parâmetros tais como taxas de juros, fatores de riscos específicos de cada país, credibilidade individual do cliente e as características de risco do projeto financiado. Com base nessa avaliação, são constituídas provisões para fazer face às perdas esperadas nesses valores a receber. Em 31 de dezembro de 2023, o valor contábil desses valores a receber, líquido das provisões, se aproxima de seu valor justo.
- Valor justo de instrumentos não negociáveis de empréstimos bancários e outras dívidas financeiras, assim como de outros passivos financeiros não circulantes, é estimado através dos fluxos de caixa futuros descontado utilizando taxas atualmente disponíveis para dívidas ou prazos semelhantes e remanescentes.

E2 ARENAS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Hierarquia de valor justo

A Companhia e sua controlada utilizam a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não houve transferências entre avaliações de valor justo Nível 1 e Nível 2 nem transferências entre avaliações de valor justo Nível 3 e Nível 2.

20. Seguros (não auditado)

A Arena da Dunas e a Fonte Nova mantêm seguro de responsabilidade civil e de garantia para cobrir eventuais riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades e o pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato de concessão.

21. Gestão de risco financeiro

As ações de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia pode estar exposta, de modo a definir limites e controles apropriados para o monitoramento desses riscos e aderência aos limites. A Companhia e suas controladas, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

A tesouraria corporativa da Companhia e suas controladas coordenam o acesso aos mercados financeiros além de monitorar e administrar os riscos financeiros relacionados às operações da Companhia e suas controladas por meio de relatórios internos que analisam a exposição de acordo com grau e magnitude dos riscos. Esses riscos incluem os riscos de mercado, crédito, liquidez e taxa de juros de fluxo de caixa.

A Companhia procura minimizar os efeitos desses riscos por meio de instrumentos financeiros para proteção dessas exposições. O uso de instrumentos financeiros é orientado pelas políticas da Companhia, aprovadas pela diretoria, que fornece os princípios por escrito relacionados aos riscos de moeda estrangeira. A Companhia e suas controladas não operam nem negociam instrumentos financeiros, inclusive instrumentos financeiros derivativos com fins especulativos.

Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas na condução das suas atividades são:

Risco de taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia e sua controlada Arena da Dunas virem a incorrer em perdas por conta das flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos contratados com taxas variáveis. A dívida está sujeita, principalmente, à variação das taxas pré-fixadas em reais e da variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP e do IPCA.

E2 ARENAS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia e suas controladas analisam exposição às taxas de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes, financiamento e hedges alternativos. Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável nas taxas de juros e calcula o impacto sobre os resultados. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros.

A tabela a seguir demonstra a sensibilidade a uma variação razoavelmente possível nas taxas de juros, com todas as outras variáveis mantidas constantes. Além do cenário provável, apresentamos os cenários de aumento de taxas: 25% (cenário A) e 50% (cenário B).

Operação	Risco	Taxa	Cenário Original	Cenário Provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Passivo:						
Empréstimos e financiamentos	TJLP	6,55%	15.884	16.924	17.185	17.445
Debêntures	IPCA	4,62%	231.007	241.680	244.348	247.016
Subtotal			246.891	258.604	261.533	264.461
Ativo:						
Aplicações financeiras curto prazo	CDI	11,65%	33.550	37.459	38.436	39.413
Aplicações financeiras longo prazo	CDI	11,65%	3.649	4.074	4.180	4.287
Subtotal			37.199	41.533	42.616	43.700
Total			209.692	217.071	218.917	220.761
Efeito no patrimônio considerando os cenários					(1.846)	(3.690)

Risco de liquidez

Os principais passivos financeiros da Companhia e suas controladas são fornecedores, debêntures, empréstimos e financiamentos. Os vencimentos de debêntures, empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2023 estão apresentados na Nota Explicativa nº 12. As contas a pagar de fornecedores possuem vencimentos inferiores há um ano.

Gestão de risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, por meio da otimização do custo de capital, retorno das aplicações financeiras e otimização do valor do patrimônio. A estratégia geral da Companhia não considera assumir riscos financeiros, a não ser aqueles restritos ao financiamento de suas atividades principais.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos detalhados na Nota Explicativa nº 12, deduzidos pelo caixa e saldos de bancos) e o patrimônio líquido da Companhia. A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital. A Companhia revisa periodicamente os riscos relacionados às instituições financeiras nas quais a Companhia aplica seu caixa. Como parte dessa revisão, a Companhia considera o *rating* das instituições financeiras e o comportamento das moedas às quais a Companhia está ou estará exposta.

E2 ARENAS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da diretoria às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado	
	2023	2022
<u>Passivos financeiros</u>		
Empréstimos e financiamentos	15.884	24.101
Debêntures	231.007	205.434
Total	246.891	229.535
<u>Ativos financeiros</u>		
Caixa e equivalentes de caixa	33.619	19.864
Aplicações financeiras	3.649	10.967
Total	37.268	30.831
Dívida líquida	209.623	198.704
Patrimônio líquido	48.831	96.044
Índice de endividamento	4,29	2,07

22. Eventos subsequentes

Em 05 de janeiro de 2024 as empresas recuperandas protocolaram o Plano de Recuperação Judicial no qual foram apresentados os termos e condições para reestruturação da dívida, juntamente com o Laudo econômico-financeiro e de avaliação dos bens e ativos.

Até a emissão das demonstrações contábeis, ainda não houve a aprovação do Plano de Recuperação Judicial da Companhia com as novas condições de pagamento da dívida.

* * * *